

~~João de Deus~~  
~~João de Deus~~

LEI Nº 1.261/92

DE 28 DE MAIO DE 1992

Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS, ESTADO DE ALAGOAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente e as normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Palmeira dos Índios, será feito através das Políticas Sociais Básicas de Educação, Saúde, Recreação, Esportes, Cultura, Lazer, Profissionalização e outras, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar comunitária.

Art. 3º - Aos que dela necessitarem, será prestada a assistência social em caráter supletivo.

Parágrafo Único - É vedada a criação de Programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no Município sem a prévia manifestação do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Art. 4º - Fica criado no Município, o Serviço Especial de Prevenção e Atendimento Médico e Psicossocial às vítimas de negligências, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

REGISTRO: GILENO SANT'ANNA

Conselho Municipal

*[Handwritten signature]*

Art. 59 - Fica criado pela municipalidade o Serviço de Identificação e Localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos.

Art. 60 - O Município propiciará a proteção jurídico-social aos que dela necessitarem, por meio de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 70 - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; expedir normas para a organização e o funcionamento dos serviços criados nos termos dos artigos 49 e 50, bem como, para a criação dos serviços a que se refere o artigo 60.

## TÍTULO II

### DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 80 - A Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, será garantida através dos seguintes órgãos:

- I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;
- III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

#### CAPÍTULO II

##### DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

#### SEÇÃO I

##### DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO

*Conselho Municipal*

ADMINISTRAÇÃO: GILENO SAMPALHO

Art. 9º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão deliberativo e controlador das ações em todos os níveis.

## SEÇÃO II

### DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 10 - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e a aplicação de recursos;
- II - zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizem;
- III - formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;
- IV - estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município, que possa afetar as suas deliberações;
- V - registrar as entidades não-governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham programas de:
  - a) - orientação e apoio sócio-familiar;
  - b) - apoio sócio-educativo em meio aberto;
  - c) - colocação sócio-familiar;
  - d) - abrigo;
  - e) - liberdade assistida;
  - f) - semiliberdade;
  - g) - internação,

fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069/90).

*Conselho Municipal*

- VI - registrar os programas a que se refere o inciso anterior das entidades governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes no mesmo Estatuto;
- VII - regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis, para a eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelar do Município;
- VIII - dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento e declarar vago, posto por perda do mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei.

### SEÇÃO III

#### DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 11 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de 10(dez) membros e de igual número de suplentes, sendo:

- I - 5(cinco) membros e respectivos suplentes, eleitos e designados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, dentre as pessoas com poderes de decisão, que atuem nas áreas de Saúde, Educação, Finanças, Planejamento e Administração;
- II - 5(cinco) membros e respectivos suplentes, representantes de organizações da sociedade civil, eleitos pelo voto das entidades não-governamentais de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo 1º - O mandato dos conselheiros e seus respectivos suplentes, terá duração de 2(dois) anos, permitida uma só recondução.

Parágrafo 2º - A função de Membro do Conselho considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Parágrafo 3º - A nomeação e posse do 1º Conselho, far-se-á pelo Prefeito Municipal, obedecida a origem das indicações.

Art. 12 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, terá como estrutura básica, para o seu regular funcionamento, 1(um) Presidente, 1(um) Vice-Presidente, e 1(um) Secretário Geral, que serão eleitos entre os membros efetivos.

Parágrafo 1º - O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do Conselho, mediante solicitação de seu Presidente, os servidores municipais, indispensáveis ao funcionamento do órgão.

Parágrafo 2º - O Poder Executivo Municipal dotará o Conselho de Sede e dos meios e recursos necessários à sua instalação e funcionamento regular.

### CAPÍTULO III

#### DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

##### SEÇÃO I

##### DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO FUNDO

Art. 13 - Fica criado o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados, segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é vinculado.

Parágrafo Único - O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, será assim constituído:

- I - pela dotação consignada anualmente no orçamento do Município, para assistência social voltada Criança e ao Adolescente;
- II - pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III - pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;
- IV - pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei Federal nº 8.069/90;

- IV - por outros recursos que lhe forem destinados;
- VI - pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capital.

## SEÇÃO II

### DA COMPETÊNCIA DO FUNDO

Art. 14 - Compete ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente:

- I - registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos, em benefícios das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;
- II - registrar os recursos captados pelo Município através de convênios, ou por doações ao Fundo;
- III - manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeitos no Município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV - liberar os recursos a serem aplicados em benefícios de crianças e adolescentes, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- V - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 15 - O Fundo será regulamentado por Resolução expedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

## CAPÍTULO IV

### DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

## SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO

Art. 16 - Fica criado o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão permanente e autônomo, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo Único - O aumento do número de Conselhos Tutelares, fica condicionado a necessidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO II

DOS MEMBROS E DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 17 - Cada Conselho Tutelar será composto de 5 (cinco) membros e 3 (três) suplentes, com mandato de 3 (três) anos, permitida uma reeleição.

Art. 18 - Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo atendimento de crianças e adolescentes, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO III

DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 19 - São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membros do Conselho Tutelar:

- I - reconhecida idoneidade moral;
- II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III - residir no Município;
- IV - reconhecida experiência de, no mínimo, 2 (dois) anos no, trato com crianças ou adolescentes.

Art. 20 - Os Conselheiros serão eleitos pelo voto facultativo dos cidadãos do Município, em eleições regulamentadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente coordenada por Comissão especialmente designada pelo mesmo Conselho.

Parágrafo Único - caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, prevê a composição de chapas sua forma de registro, forma e prazo para impugnações, registro de candidaturas, processo eleitoral, proclamação dos eleitos e posse dos conselheiros.

Art. 21 - O processo eleitoral dos membros do Conselho Tutelar, será realizado de acordo com a Legislação Eleitoral vigente.

#### SEÇÃO IV

##### DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS

Art. 22 - O exercício da função de conselheiro constituirá serviço relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até julgamento definitivo.

Art. 23 - Na qualidade de membros eleitos por mandatos, os Conselheiros não serão funcionários dos quadros da Administração Municipal, mas terão remuneração fixada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo como limite o equivalente ao do funcionário público de nível superior.

#### SEÇÃO V

##### DA PERDA DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS DOS CONSELHEIROS

Art. 24 - Perderá o mandato o conselheiro que for condenado por sentença irrecorrível pela prática de crime de contravenção.

Parágrafo Único - Verificada a hipótese prevista neste artigo, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, declarará vago o posto de conselheiro, dando posse imediata ao 1º suplente.

Art. 25 - Serão impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteados.





Parágrafo Único - Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

### TÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26 - No prazo de 15 (quinze) dias da publicação desta Lei, serão adotadas as seguintes providências:

- I - Nos 5 (cinco) primeiros dias, o Chefe do Poder Executivo Municipal e a Sociedade Civil, designarão seus representantes paritariamente, para composição de grupo de trabalho que se encarregará de estudos e execução das medidas necessárias para instalação e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- II - Dentre as medidas a cargo do citado grupo de trabalho, inclui-se a convocação das entidades da Sociedade Civil, que tenham comprovada atuação direta na proteção, defesa e/ou promoção de interesses da criança e do adolescente e que estejam legalmente constituídas até a data da convocação.
- IIII - Essas entidades indicarão seus candidatos que, em dia, hora e local, expressamente designados e publicados, se reunirão e elegerão seus representantes e respectivos suplentes, que comporão paritariamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- IV - As entidades que pretenderem se habilitar para a formação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverão encaminhar ao grupo de trabalho de que trata o item I, os seguintes documentos:



- cópia do Estatuto da Entidade;
- cópia da publicação do Estatuto no Diário Oficial;
- registro no Cartório;
- cópia do CPF e Carteira de Identidade do indicado pela Entidade para votar e ser votado.

Parágrafo Único - Os representantes indicados pelas entidades referidas no Item IV, deverão ser maiores de 21 (vinte e um) anos e residir no Município.

Art. 27 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o prazo de 10 (dez) dias, a partir de sua instalação, para elaborar o seu Regimento Interno e na mesma data eleger o seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário Geral, conforme previsto no artigo 12, desta Lei.

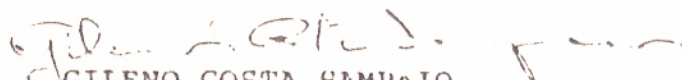
Art. 28 - O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, somente poderá ser criado após decorridos 120 (cento e vinte) dias da vigência desta Lei.

Parágrafo Único - Enquanto não for criado e instalado o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, as atribuições a ele referidas serão exercidas pelo Juizado da Criança e do Adolescente desta Comarca, na forma do artigo 262, da Lei Federal nº 8.069/90.

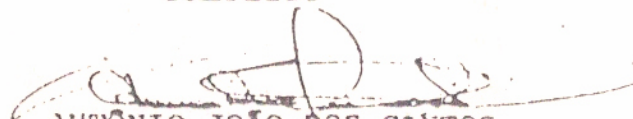
Art. 29 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial, para as despesas iniciais decorrentes do cumprimento desta Lei, no valor de Cr\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de cruzeiros).

Art. 30 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício Manoel Sampaio Luz em Palmeira dos Índios, 28 de maio de 1992.

  
GILENO COSTA SAMPAIO

PREFEITO

  
ANTÔNIO JOÃO DOS SANTOS  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO